

JUSTIÇA
Reprodutiva



TERRITÓRIO
Coletivo

BASURAS

A campanha **Justiça Reprodutiva: Território Coletivo** foi construída por muitas mãos:

Realização BASURAS COLETIVA

A zine foi escrita por Mariana Tolentino, com colaboração no texto sobre a Lei Maria da Penha por Emília Senaspechi, editada por Gabriela Giannini, revisada por Brune Motta. Identidade visual e diagramação por Beatriz Lago. A produção gráfica foi de Bárbara Rodrigues e Beatriz Lago.

Equipe de produção da campanha:

Bárbara Rodrigues, Beatriz Lago, Gabriela Giannini e Mariana Tolentino.

Parceria Casa Tina Martins:

Indira Xavier, Jessica Santana e Pedrina Leite.
@casatinamartins.

Apoio Futuro do Cuidado:

Leina Peres. Campanha realizada com apoio do edital Futuro do Cuidado de fevereiro de 2022.

Artistas convidadas:

Anne Souza (@annesouzailustras); Kio Zaz (@kio.zaz); Beatriz Paiva (@beatrizpaivart); Beatriz Lago (@bealake); Brune Motta (@brunemotta) e Pahola Abadio (@paholaabadio).

***Este material pode ser xerocado e reproduzido na íntegra, desde que citada a fonte.**

A sociedade impõe que nossa vida depende de nossas escolhas, que se nos esforçarmos, quem sabe possamos ter uma vida digna e confortável; nos ensinam que o capitalismo é sinônimo de liberdade e autonomia, porém que liberdade é essa que ainda mantém milhões de pessoas em condição de miséria, milhares de crianças sem assistência e que ainda estipula para as mulheres o que elas podem ou não fazer com seus corpos?

Nós acreditamos que a vida é pra ser vivida com dignidade, segurança, saúde, autonomia e prazer.

Premissas que trouxemos para a campanha **“Justiça Reprodutiva: Território Coletivo”**, uma construção coletiva de comunicação popular sobre o tema da justiça reprodutiva, um conceito ainda pouco difundido, mas que está constantemente presente no dia a dia de todes.

Nesta campanha, atuamos em conjunto com artistas na construção de murais de lambe-lambe nas ruas das 5 regiões brasileiras, de um curta audiovisual que está disponível no youtube basuras coletiva, e nesta zine que você está lendo, com textos, imagens, entrevistas e informações.

Em conjunto, esses materiais buscam **criar um terreno fértil de diálogo com todes que acreditam que saúde e direito andam juntos**, e que, por isso, pensar em justiça reprodutiva é tão necessário se quisermos **recriar o terreno da vida para que ela seja plural, justa e digna.**



Pluralidade ativa por um território coletivo

por Mariana Tolentino_

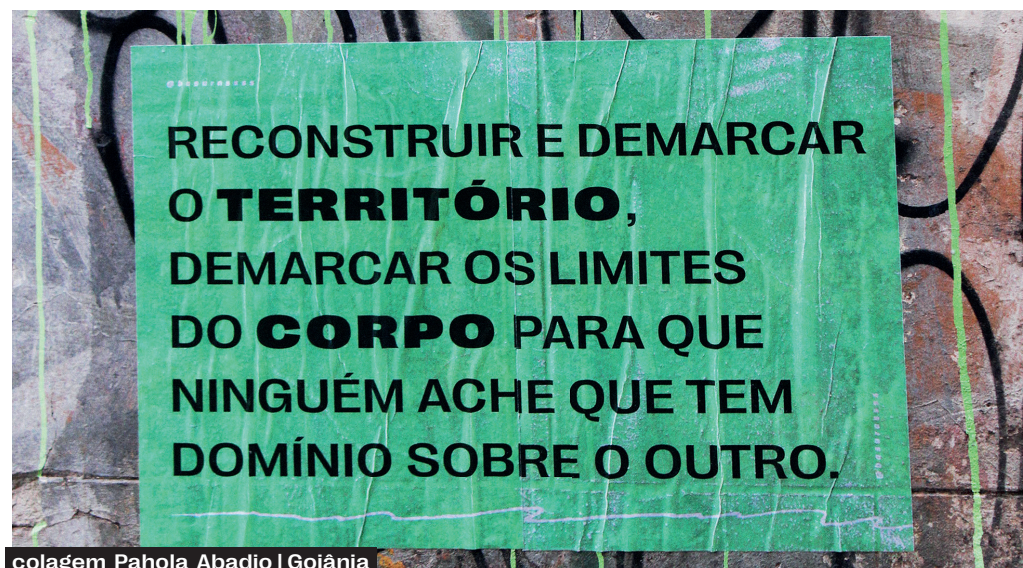
Tem um provérbio nigeriano que afirma ser preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança. Se formos pensar sobre ele, dificilmente não concordaremos, afinal, crianças para crescerem com dignidade precisam de acesso à saúde, à educação, segurança alimentar, moradia estável, de espaços para lazer, um ambiente livre de todo tipo de violência e, além disso, afeto, estímulos positivos e uma boa dose de guloseimas.

Porém, mesmo que toda essa rede de apoio pareça óbvia, em nosso país, quem parece carregar toda responsabilidade e culpabilização pelo bem-estar de uma criança são as mães. As mães mesmo, não os pais. Não é raro ouvirmos que “educação vem de casa”, que se a mulher não tem condições financeiras não deveria ter tantos filhos, que “na hora de fazer foi bom”, que aborto é um crime e um pecado. Tá, mas o que de fato a sociedade tem feito para garantir que as crianças e toda sua rede de proteção tenham condições de acessar uma vida justa e saudável?

Enquanto isso, o Estado continua criminalizando mulheres que tentam exercer autonomia sobre seus corpos, segue marginalizando crianças e adolescentes, principalmente as negras, e segue assassinando jovens, sucateando o sistema público de saúde e de educação. Ou seja, segue-se comportando e sustentando a lógica do homem branco, aquele mesmo que nos colonizou.

Somos fruto do nosso tempo e do nosso território, tivéssemos nascido em outro momento, ou em outro lugar, não seríamos quem somos. Somos brasileiros, estamos no século 21, nascemos neste país de fronteiras desenhadas por aqueles que aqui colonizaram. Mas foram apenas os limites espaciais que ficaram de herança?

Dos 500 anos que temos de Brasil, mais de 300 foram construídos com o homem branco europeu sendo o dono de tudo e, principalmente, de todos. Donos das pessoas negras trazidas à força para trabalhar por serem consideradas bestiais, das comunidades indígenas apontadas como animalizadas e sem cultura, das mulheres que, julgadas inferiores, não tinham direito ao seu próprio corpo e voz.



colagem_Pahola_Abadio | Goiânia

Muita **luta** e muito luto também

E agora estamos aqui, 134 anos depois de abolirem a escravidão — abolição essa conquistada com base na luta e na expansão dos quilombos. São 130 anos desde que Estado e Igreja Católica deixaram de ser uma coisa só, graças à luta de evangélicos e adeptos das religiões de matriz africana. Apenas 90 anos após as mulheres conseguirem o direito ao voto. Meros 32 anos após a homossexualidade deixar de ser considerada doença, e 3 anos para a transexualidade sair da lista de patologias. Somos crianças na história da humanidade e todos esses avanços têm em comum a força coletiva na luta por mudanças.

Mas não podemos negar os ecos barulhentos da nossa história, ainda falam que racismo é “mimimi”, que feminismo é frescura, que a luta da comunidade lgbtqiap+ é ditadura gay. Esse discurso só interessa a quem quer continuar na posição de poder, de decidir o que é válido e o que não é, o que é certo e o que é errado, quem pode e quem não pode existir.

Nunca somos uma coisa só, somos plurais, temos cor, temos sexo, gênero, ocupamos uma classe social, habitamos algum território. Todas essas posições se somam e, ao se somarem, vão moldando quem somos a partir de como o mundo nos vê e quais oportunidades ele nos dá.

E assim, vamos tateando o mundo, nos adaptando a ele, mas também transformando-o. Afinal, uma das boas coisas é que o mundo não é fixo, assim como tudo o que existe, inclusive nós mesmos. Desde nossas células até nossas ideias, tudo está em constante mudança.

Somos **somas**

Para compreendermos a Justiça Reprodutiva, precisamos expandir nossa compreensão sobre reprodução e sexualidade, duas esferas tão importantes de nossas vidas, mas que ainda seguem sendo tratadas como tabu. É preciso buscar o que em nós ainda ecoa uma história de opressão, culpa, controle e violência. E isso só é possível quando encaramos a história de frente e com verdade e empatia.

Sofremos com as consequências e continuidades da desigualdade social, do racismo, do poder dos homens sobre os corpos das mulheres, da lgbt+fobia, das leis que foram escritas por aqueles que o único interesse era sustentar suas liberdades e seus crimes. Sentimos esses efeitos em nossos corpos, principalmente se eles forem corpos negros, corpos de mulheres, de travestis, transexuais, pessoas não-binárias, crianças em situação de vulnerabilidade, de pessoas com deficiência.

É preciso ressaltar que nunca somos compostas por apenas um desses marcadores sociais, somos somas.

Em nós, várias marcas coabitam e nossas **casas-corpos** vão se construindo com cicatrizes e intersecções que ainda ecoam essas opressões arquitetadas para tirar nosso poder de vivermos de forma integral e de fazermos nossas próprias escolhas **livres** de julgamentos e regulações.

Chegando nesse acordo de que somos socialmente conectadas não apenas umas às outras, mas também à nossa história social, podemos pensar em alargar o que entendemos como saúde e como a entendemos enquanto um direito social, para aí sim enxergarmos o conceito “Justiça Reprodutiva” em sua plenitude.

Quando falamos em saúde reprodutiva, não estamos pensando apenas no ato de conceber ou não uma criança, mas também estamos comprometidas com o cuidado da infância, da maternidade, da família em suas muitas formas, estamos pensando nas condições em que reproduzimos a vida desde o ato sexual e muito além dele, considerando todas as estruturas necessárias para se viver com dignidade.



Fugindo da norma, fortalecendo formas fora dos moldes

O termo “Justiça Reprodutiva” é relativamente recente, ele surgiu a partir da experiência e pensamento revolucionário de mulheres negras que sentem e percebem a complexidade do mundo. Elas entendem que liberdade e autonomia individual só podem existir em uma sociedade que aceita e respeita a riqueza de sermos plúrais e vivermos como coletivo.

Essa luta é contra todo tipo de abuso sexual; é a favor da educação sexual não apenas como forma de prevenção às infecções transmitidas por contato sexual, mas também para ensinarmos nossos jovens a conhecerem a si mesmos e respeitarem o limite dos outros; é por um sistema de saúde que garanta acesso ao abortamento legal para além das

três situações já previstas e por muitas vezes inclusive negadas; é por acompanhamento social no planejamento familiar.

Justiça reprodutiva é a luta pelo direito de acesso a serviços apropriados de saúde que garantam as condições adequadas para passar com segurança pela gestação. E, além disso, é a luta pelo fim da limitação de poder que muitas mulheres e jovens têm sobre suas próprias vidas sexuais e reprodutivas.

Uma democracia que pensa em justiça reprodutiva deve também educar os homens e capacitá-los a partilhar, de uma maneira mais igualitária, do planejamento familiar, das responsabilidades domésticas e da criação dos filhos.



Coletivizar para nos **fortalecer**

Uma sociedade que busca justiça social e uma cidadania ativa deve promover que todes possam “decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Incluindo também o direito de toda pessoa de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência”, conforme as resoluções da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento¹.

Cabe a nós, sociedade civil e movimentos populares organizados, lutarmos coletivamente, como uma força plural e unida, interessada na construção de novos modos de vida, pressionando não apenas para mudar a política, mas para ocupá-la também.

E, nesse caminho, vamos mudando a nós mesmas, aniquilando toda fagulha que em nós ecoa com as ideias daqueles que nos oprimem, revisitando e reescrevendo nossa própria história, fortalecendo a diversidade que enriquece o tecido que constitui a vida, coletivizando para nos fortalecer.

¹ Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Cairo, 1994.



colagem_Bea_Lake | Belo Horizonte

Você conhece a Lei Maria da Penha?

A Lei nº 11.340 foi criada em 07 de agosto de 2006 e é considerada a principal ferramenta legislativa no combate à violência doméstica e familiar contra mulheres no Brasil. Segundo o artigo 7 da Lei Maria da Penha, existem 5 tipos de violência contra a mulher:

Violência sexual

constranger a vítima para presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada; que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que force a gravidez ou o aborto.

Violência patrimonial

retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.

Lembre-se, você não é culpada por sofrer violência e não precisa enfrentá-la sozinha. A violência de gênero é um problema social e de saúde pública, DENUNCIE!

Violência moral

calúnia, difamação ou injúria.

Violência física

qualquer conduta que ofenda a integridade e saúde física da mulher.

Violência psicológica

causar dano psíquico e emocional ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da vítima ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

Você passou ou está em situação de violência sexual?

Busque os Serviços de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual do seu município, pois você tem direito à:

- * Profilaxia Pós-Exposição (PEP) para prevenção do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV);
- * Atendimento com equipe multiprofissional de saúde: enfermagem, ginecologia e obstetrícia, infectologia e serviço social;
- * Atendimento psicológico gratuito por 6 meses;
- * Pílula do dia seguinte, ou pílula contraceptiva de emergência, disponível gratuitamente no SUS;
- * Aborto legal e seguro.

Após a exposição sexual, procure um serviço de saúde o mais rápido possível. O recomendável é iniciar a PEP em até 2 horas após o contato sexual. O tempo limite para dar início à profilaxia é 72 horas depois da exposição. Além dos casos de violência sexual, a PEP é indicada em casos de relação sexual desprotegida (sem o uso de camisinha ou com rompimento da camisinha). A PEP também está disponível nas Unidades de Pronto-Atendimento (UPA 24 horas).

PEP é uma medida de prevenção de urgência, não deve substituir a camisinha!

Okupar, resistir e autogestionar

Um dos momentos da campanha que nos oportunizou uma troca muito potente foi quando entrevistamos as companheiras Indira Xavier e Pedrina Leite, mulheres auto-convocadas para a luta que atuam na Casa de Referência da Mulher Tina Martins, localizada em Belo Horizonte/MG.

Completando 6 anos de existência e resistência, essa é primeira ocupação feminista autogestionada na América Latina e realiza acolhimento e abrigamento de mulheres vítimas de violência de gênero, oferecendo serviços sociais, jurídicos, psicológicos, entre outros. A ocupação, como nos relatou Indira, foi fruto da organização e reivindicação coletiva do Movimento Nacional Olga Benário e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, os quais ocuparam um imóvel abandonado e ali resistiram por 86 dias denunciando o feminicídio e a ausência do Estado na construção efetiva de políticas públicas em direitos sexuais e reprodutivos.

A necessidade de um espaço humanizado para atendimento da demanda das mulheres se mostrou urgente e o que inicialmente era uma cobrança de atendimento do Estado, tornou-se uma iniciativa de ação prática e conquista do reconhecimento desse espaço e trabalho coletivo.



arte_Beatriz_Paiva | Belém

Aqui, trazemos alguns trechos das reflexões dessas mulheres, que nos permitem compreender a importância da construção de territórios de diálogo, acolhimento e suporte para que os coletivos se fortaleçam no enfrentamento e transformação do Estado.

✱ **BASURAS:** Como que a tua história se mescla com o histórico da casa? Qual é a importância desse espaço na tua vida e, também, o que você faz hoje por aqui?

✱ **PEDRINA**

Essa pauta é algo que sempre transpassou minha vida, não só pelo fato de ser mulher, mas enquanto profissional também, sou assistente social e no curso sempre busquei trabalhar com e pelas mulheres, então fiz uma pós nessa área de política pública e gênero.

[...] Isso me abriu os olhos para várias coisas, principalmente pra criticar, né? No sentido da crítica a essa institucionalidade de como os serviços acabam, muitas das vezes, sendo um outro violador para essa mulher, reproduzindo essa violência dentro dos próprios espaços. Como eu já trabalhei com políticas públicas, a gente vê o quanto aqui (na Casa Tina Martins) tentamos construir um espaço que seja diferente dessa lógica.

Entendemos que precisamos ter as nossas regras, a nossa forma de organização, mas a gente também entende o quanto a institucionalidade e a burocracia acabam prejudicando a vida das mulheres, então, no cotidiano do nosso trabalho, a gente não exige que a mulher faça o boletim de ocorrência para ser atendida, ou que, se ela já foi atendida em outro serviço, tenha que contar todo o histórico dela novamente. A gente tenta minimizar um pouco dessa violência aos poucos, escutando essa mulher.

O atendimento é sobre **ter o ouvido mais atento**, ter mais empatia, mais sensibilidade ao ouvir essas mulheres porque, infelizmente, inserida nessa sociedade, nesse sistema capitalista patriarcal no qual a violência tá para todas, hoje eu estou atendendo, mas amanhã, infelizmente, eu posso ser a pessoa que precisa ser atendida.

O trabalho (que fazemos) é muito importante, muito necessário na sociedade em que a gente vive, mas também dá muito ódio

mesmo no coração da gente precisar fazer um espaço como esse. De a gente precisar ter uma lei que inibe a violência doméstica. Precisar ter uma lei de feminicídio para falar que você não pode matar uma mulher pelo simples fato dela ser uma mulher, né?

Então, nesse sentido, também é pensar em construir uma sociedade diferente desta, para que a gente não precise ter espaços como esse de proteção para as mulheres e possa construir espaços pra gente fazer troca, roda de conversa para falar sobre a nossa vida.

Então, eu acho que reforça muito esse sentimento que eu já carrego há um tempo, enquanto mulher, enquanto feminista, que é: como que eu posso levar isso para a vida de outras mulheres também? Então este é um espaço (Casa Tina Martins) que eu me dedico de muito coração, porque, enfim, acho que é sobre a nossa vida, a vida das mulheres, é sobre o fim da violência contra a mulher.

* **BASURAS: Como a Justiça Reprodutiva afeta o cotidiano das mulheres atendidas na Casa Tina Martins? Você conseguiria fazer um paralelo entre a história das mulheres que chegam aqui na casa e o território que elas ocupam?**

* **INDIRA**

Quando a gente fala de justiça reprodutiva, a gente tá falando de um todo, um complexo orgânico. De condições, de possibilidades que são asseguradas a essa mulher desde quando ela nem pensa em conceber. Mas isso não existe porque a concepção ainda é imposta. A concepção é tratada como uma penalização ou uma gratificação para a mulher que cumpre aquilo que a sociedade espera dela.

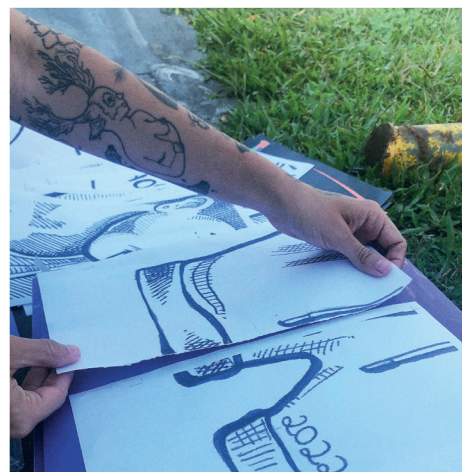
Então, quando a mulher reproduz ou decide reproduzir, mesmo contra a vontade dela, e não tem nenhum amparo familiar, do seu círculo ou do próprio Estado, ela tem que abrir mão da própria vida para poder garantir que aquele outro ser tenha um pouco de dignidade dentro daquilo que ela consegue oferecer. Ela tem que abrir mão de tudo, e aí, se ela, por um segundo, decide ter um respiro, toda a sociedade que estava fazendo outras coisas que não era ajudá-la nesse processo de concepção, nesse processo de cuidado, de tudo o que implica a reprodução, para o que está fazendo para criticar, apontar e dizer que ela é a pessoa mais incapaz do mundo.

Da mesma forma que, se acontece alguma coisa com aqueles seres, a responsabilidade – e aí eu estou falando de responsabilidade, mas a sociedade trata como culpa, aquela culpa cristã que coloca a nós todas no lugar de incapazes – nos coloca nesse lugar da culpa de que a gente tá fazendo tudo errado.

Quando os indígenas trazem que é necessária uma aldeia inteira para tomar conta de uma criança, não é individualizando o cuidado que a gente vai garantir justiça reprodutiva e dizer que o cuidado, a educação, os costumes, eles são daquele núcleo familiar individual. Sabe por que não é? Porque nós somos seres sociais, então tudo que a gente reproduz dentro do espaço privado é reflexo do que a sociedade produz.

É muito fácil para a sociedade e para o Estado abrirem mão de cuidar dessa criança, de assumirem a responsabilidade, inclusive sobre essa mãe, que talvez nem quisesse gerar, e dizer que a culpa é dela, do que olhar para o todo e dizer que o Estado precisa assegurar condições.

**não é
individualizando
o cuidado que
a gente vai garantir
justiça reprodutiva**



processo de montagem do mural de lambe lambe autoral | Kio Zaz

É papel da sociedade civil cobrar que o Estado funcione e cobrar não só que a gente tenha acesso à educação sobre a concepção, mas que, uma vez concebido, que haja de fato condições de que essas crianças possam ser atendidas e amparadas.

Então, quando a gente fala da questão reprodutiva, para mim, não é só o ato individual de ter consciência sobre a concepção, entender os métodos contraceptivos, escolher o momento que quer gestar e se quer gestar, mas é toda a estrutura da sociedade que precisa entender que a gente só está aqui, onde a gente está, porque a gente foi coletivo, porque somos seres sociais. E não dá pra gente simplesmente achar que cada um vai resolver o seu problema de forma individual, porque esse projeto interessa aos ricos, às elites, porque enquanto isso, a gente pobre, preto, da periferia, povo trabalhador, vai seguir sendo massacrado e responsabilizado, um por um, por um fator que tem que ser coletivo, social e não individual.

Território coletivo

IMAGENS CLICÁVEIS

* O lambe lambe é uma ferramenta de expressão que ocupa as ruas e propõe diálogos diretos com pessoas que transitam. Com o objetivo de democratizar o acesso a informações sobre justiça reprodutiva, a nossa campanha realizou murais nas cinco regiões do Brasil. Os murais mesclam informações e ilustrações feitas por artistas a partir de seus territórios e olhares sobre a temática. *

colagem_Pahola_Abadio | Goiânia



colagem_Beatriz_Paiva | Belém

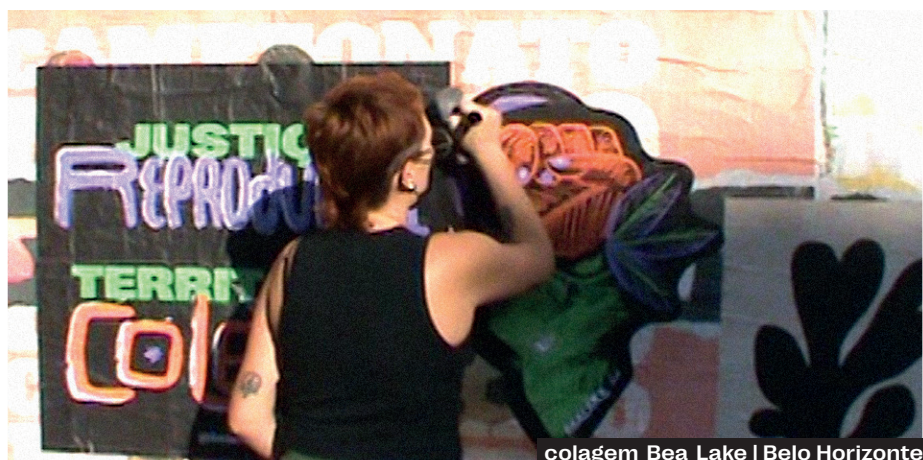
colagem_Anne_Souza | Olinda



IMAGENS CLICÁVEIS



colagem_Kio_Zaz | Florianópolis



colagem_Bea_Lake | Belo Horizonte



Arte_Anne_Souza | Olinda

Ser- transfronteira

por_Brune_Motta_

Existimos na ambivalência, na pluralidade, lutando pelo fim dos muros, das imposições binárias. Negando o inventário colonial, a dicotomia que justifica a violência. Fugindo da norma, inventando formas fora dos moldes cristãos, de culpa e pecado. Esta é uma provocação para pensarmos uma nova educação, transgressora, é sobre a esperança de formar uma nova geração. É uma proposição para cuidarmos de todas as crianças para que tenham moradia, alimento, acesso à cultura, à arte e à informação. Porque somos a favor da vida, da diversidade, da construção coletiva guiada pelos saberes múltiplos de uma cultura viva.

**Ao tentarem reduzir a
experiência do corpo,
nos dizem o que vestir, o que ser,
a quem devemos amar.
Antes mesmo de um bebê nascer,
lhe é imposto um gênero,
uma classe social, uma cor de pele.**

Funções que causam confusões, que já definem o corpo dentro de parâmetros que não concordamos, de contratos que não assinamos. Lutando contra a depressão pelas expectativas que recaem, pelas narrativas que não comportam a complexidade de ser. Ouvindo discursos baratos sobre uma liberdade que nunca vimos. Liberdade.

Liberdade pra quem?

Se todo dia há o risco de morrer numa rua vazia ou de assistir a morte de um filho que ia estudar. O corpo, potência, energia vital de onde flui toda a possibilidade de mudança vai sendo suprimido, subjugado, ameaçado para que não fuja demais do que lhe foi traçado. Precisamos que você exista dentro dessas linhas. Sem que saiba seus direitos ou apenas cansada demais para lutar por eles. O corpo, humano, deve estar preparado para aguentar uma jornada de trabalho de 12 horas. Sem creche, a mãe, às vezes, leva as filhas junto. Às vezes, a filha mais velha requeixa a comida para dar de comer aos mais novos. Todos os dias quando a mãe desce o morro, vê os olhares das pessoas da cidade, com medo de seus filhos que, na verdade, são tão magrinhos.

Os olhares se voltam para culpabilizar essa mãe pela pobreza, pela desnutrição, pela violência que lhe é imposta todos os dias. É isso. Os olhares a culpabilizam pela violência que ela mesma sofre. E as crianças, o futuro, como crescem? Sem comida, convivendo com o risco de uma “bala perdida”, sem as mesmas oportunidades de emprego, sem moradia. Assim é a máquina. Recolhendo impostos que serão desvia-

dos da merenda escolar enquanto as crianças passam fome. Criminalizando uma presidenta mulher para derrubar seu governo de forma misógina. No Brasil, quase 50% das famílias são chefiadas por mulheres, mas o povo não entra no orçamento.

Não tem como falar em **justiça reprodutiva** sem lembrar que as injustiças são construídas na essência dos conceitos de **gênero, raça e poder**.

E que toda língua está intrínseca à cultura. Nossos significados são construídos com base em uma cultura que tem como centro do discurso o homem-branco-cis-hétero e tudo que foge dessa norma é boicotado. Mas nós seguimos, resistindo contra os apagamentos, reforçando a diversidade. Dando continuidade à luta de nossas antepassadas. Como um corpo que se posiciona, se movimenta na ginga. Persistindo como mulheres, travestis, transmasculinos, não-binários, mães solteiras, queers, negras, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais, neurodiverses. Mostrando que não seremos nenhuma a menos. Que Marielle foi morta, mas segue viva e pulsando em nós. Que os povos indígenas seguem resistindo contra o garimpo ilegal. Que em 2021, as mulheres indígenas marcharam em Brasília contra o marco temporal.

Preencher o espaço,
as universidades,
os livros e a poesia
com a sabedoria
das parteiras,
das mães-de-santo,
das benzedadeiras,
das pombagiras.
Ocupar os
congressos,
os palcos.

Ocupar o espaço
com o som da
nossa voz, com
o nosso **corpo**
desperto, pronto
para a luta.



Preencher o espaço, esparramar para
fora das linhas, ser-transfronteiriça.
Esta é uma provocação.

Para manter a esperança sobretudo, com ações, na micropolítica, no afeto. Criar espaços que são fissuras no sistema. Espalhar a arte de rua, a informação. Envolver-se no processo de formação de crianças e adolescentes. Ampliar essas fissuras, reconstruir o território, demarcar o território, demarcar os limites do corpo para que ninguém ache que tem domínio sobre o outro. Ter o direito de escolher ser e existir. Dar nome às experiências, escancarar as atrocidades. Falar abertamente sobre sexualidade, mudar a cultura, remover as noções de culpa e pecado, pensar o futuro das crianças enquanto coletividade, para que crianças sejam crianças, mas que tenham seus direitos respeitados, que sejam ouvidas.



LAMBES LIVRES
 _pra_baixar_e_colar
@basurassss
linktr.ee/Basuras

**QUER TROCAR OU
 PROPOR ALGUMA AÇÃO?**
 _fale_com_a_gente_
basurascoletiva@gmail.com